

A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A CRISE SOCIAL

*Paulo G. Fagundes Vizentini**

Problemática

Durante o último quarto de século, vem ocorrendo um amplo processo de transferência de indústrias de determinados setores dos países de capitalismo avançado para países ou zonas específicas do Terceiro Mundo. A intensificação desse fenômeno levou muitos economistas a defini-lo como uma **nova divisão internacional do trabalho** (ou **do capital**, segundo alguns). Tal processo conduz à relativa desindustrialização do centro capitalista e a industrialização de certas nações de sua periferia, principalmente através das **plataformas de exportação**. Tal movimento altera algumas características importantes do mercado capitalista mundial, com profundas conseqüências para as relações internacionais e para a estrutura social nos dois pólos atingidos. Particularmente no que se refere ao operariado, tais resultados têm sido sentidos, nas duas últimas décadas, através da erosão das conquistas sociais arduamente obtidas em mais de um século de lutas nos países avançados, bem como na formação de uma nova classe operária com características próprias em países da periferia capitalista (os **novos países industriais**, ou NICs, como os chamam os anglo-saxões).

O tema sem dúvida é amplo, complexo e contemporâneo, o que torna difícil sua abordagem e teorização dentro dos limites de um breve ensaio. Sem embargo, sua importância para a reflexão sobre os problemas atuais torna indispensável uma tentativa de sistematização do mesmo. Nessa perspectiva, o texto que segue pretende tão-somente apresentar uma introdução sobre o assunto, identificando as questões mais importantes para sua abordagem.

A crise do capitalismo e suas respostas

A Segunda Guerra Mundial seguiram-se duas décadas de grande expansão das economias capitalistas. A legitimidade do sistema cresceu enor-

* Professor de História Contemporânea na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciência Política pela UFRGS, atualmente cursando Doutorado em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP).

memente, com a incorporação mesmo de parte do operariado dos países de capitalismo avançado à sociedade de consumo. Entretanto, em fins da década de 60, começaram a surgir sinais de esgotamento do modelo de acumulação então vigente. A economia dos Estados Unidos tem seu dinamismo enfraquecido durante o auge da Guerra do Vietnã, enquanto o Japão e a República Federal da Alemanha se tornam competidores cada vez mais eficazes (os excessivos gastos americanos em armamentos foram um dos fatores mais decisivos para configurar essa situação) (Michalet, 1984; Dowbor, 1981; Palloix, 1972; Zarifian, 1978; Massiah, 1977). Mas é no cerne da própria **organização do trabalho** que, em última instância, se localizam as origens da crise e não apenas na eficácia produtiva e na competitividade da economia de determinado país (embora nos Estados Unidos o processo estivesse mais adiantado).

A resistência dos trabalhadores, tanto consciente como inconsciente, aos métodos de trabalho taylorista e fordista conduziu à limitação no crescimento da produtividade do trabalho. O aumento constante dos salários nos países de capitalismo avançado a partir de 1968, seja como tentativa de motivar os operários, seja como pressão destes por uma melhor distribuição de renda, ocasionou uma progressiva queda na taxa de lucro e na de mais-valia. A introdução do trabalho temporário, das técnicas das "relações humanas" e das equipes de trabalho por tarefa produziu resultados medíocres. O capital elaborou, então, estratégias mais amplas para responder à queda da taxa de lucro: a inflação, a ofensiva para reduzir salários, a utilização mais intensa de trabalhadores provenientes de países do Terceiro Mundo e, finalmente, a transferência de indústrias que empregam grande quantidade de mão-de-obra para a periferia.

A inflação, nas economias monopolizadas, permitiu a retomada da acumulação de capital, como uma espécie de imposto privado. Mas essa reação à queda da taxa de lucro tem suas limitações, pois boa parte do capital é desviado da produção para a especulação financeira. Essa inflação foi também exportada, numa tentativa de enfraquecer os aliados concorrentes dos Estados Unidos (como é o caso da manobra das transnacionais do petróleo em 1973). O descontrole da inflação prejudica, entretanto, o próprio capital, obrigando os governos a intervirem no processo. A ofensiva para reduzir salários inicia-se pelo crescimento do desemprego, que baixa o preço da força de trabalho e aumenta a disciplina do operariado pelo temor à dispensa. A luta contra a inflação também fornece um pretexto adicional para a compressão dos salários. Mas essa ofensiva do grande capital processa-se no quadro de um equilíbrio de posições, além de trazer problemas de realização do capital (é necessário quebrar a estrutura sindical e o movimento operário, bem como questionar o "welfare state").

Mais importante é, entretanto, ampliar o exército industrial de reserva, de forma a permitir um amplo rebaixamento do custo da força de trabalho. Já havendo praticamente esgotado os recursos de mão-de-obra oriunda do campo, os países do centro capitalista vão lançar mão do trabalho feminino e de jovens e, insuficientes estes, da imigração de trabalhadores de países da periferia. A racionalização crescente da produção vai permitir a utilização de uma mão-de-obra menos especializada, oriunda do Terceiro Mundo e das áreas subdesenvolvidas da Europa, formando o que Benjamin Coriat (1979, cap. 7) chama de **operário-massa multinacional**. O modelo dessa forma de exploração encontra-se nos bantustãos da África do Sul (reservas indígenas pré-capitalistas para a reconstituição da força de trabalho).¹ Na ausência dessas reservas indígenas dentro de seus próprios territórios, os países capitalistas avançados recorrem aos trabalhadores estrangeiros. Os Estados Unidos foram os pioneiros no uso da força de trabalho imigrante (mexicanos, porto-riquenhos, indonésios, além de outros latino-americanos e asiáticos). Em 1975, havia 16 milhões de trabalhadores estrangeiros nas áreas industriais da Europa Ocidental (provenientes de Portugal, Espanha, Sul da Itália, Grécia, Turquia, Iugoslávia, Irlanda, Finlândia, Antilhas, África negra, Magreb, Índia e Paquistão). No Japão, a corrente migratória provém da Coreia do Sul.²

O operário-massa multinacional constitui uma força de trabalho móvel, desorganizada, mal remunerada, temporária, muitas vezes gozando de uma situação infralegal, e, o que é mais importante, a maior parte do seu custo de reprodução não é paga pelos que a consomem. A conversão do valor de uso da força de trabalho em valor de troca deprecia-a (o que Marx denominava "desmonetarização"). Além disso, a situação legal precária, a mentalidade conservadora da maioria desses ex-camponeses do Terceiro Mundo, a quase-ausência de sindicalização e de direitos políticos fazem com que o trabalhador imigrante não "crie problemas" como os operários bem pagos e sindicalizados do país. A vida desses trabalhadores pode ser ilustrada por um dado bastante simples: constituem 17% da mão-de-obra francesa e 33% dos acidentados no trabalho. A situação social nesses países é a de uma nova clivagem de tipo colonial, onde a classe operária do século XIX é recriada. O fenômeno possui fortes características de uma regressão histórica de tipo hitleriano, numa sociedade sob hegemonia dos brancos.

¹ Sobre o modelo econômico dos bantustãos, ver o excelente trabalho de René Lefort (1978).

² A propósito do trabalho imigrante nos centros capitalistas, ver Souyri (1983, cap. 7-C) e Coriat (1979, cap. 7).

A transferência de indústrias para a periferia

As amplas vantagens do trabalho imigrante têm também seus limites. Os problemas sociais ligados à discriminação racial e à exploração econômica geram conflitos nos países do centro. Além disso, muitos estrangeiros começam a trazer suas famílias, e um mínimo de organização surge com o tempo. Dessa forma, na medida em que se esboça uma diminuição das vantagens relativas da força de trabalho estrangeira, os países capitalistas avançados passam a exportar muitas indústrias que utilizam intensivamente mão-de-obra para a periferia.

Os setores industriais criados na Primeira Revolução Industrial têm a primazia no processo de transferência (têxteis e siderurgia principalmente), bem como determinados ramos de eletrodomésticos, eletrônica, audiovisuais, artigos simples de consumo, automóveis, além de outros que utilizam intensivamente força de trabalho. Assim, um dos primeiros fatores que determinam a exportação das indústrias para a periferia é o baixo nível salarial pago aos trabalhadores da região, além da ausência quase completa de uma legislação social que regule a exploração do capital sobre o trabalho, inclusive de mulheres e crianças, que representam percentual considerável do operariado local (esse ponto será analisado adiante). Outro fator decisivo para as transferências é o fato de que as áreas escolhidas para a instalação das indústrias são verdadeiros "paraísos fiscais". Os impostos cobrados às empresas transnacionais nas plataformas de exportação são pequenos, pois os próprios países pagam a maioria das taxas de administração, defesa, segurança e equipamento de infra-estrutura (em 1971, as taxas fiscais representavam de 35 a 40% do PNB nos países do centro capitalista, contra 15% no Terceiro Mundo). Agregue-se a isso a facilidade de fraude fiscal. O controle ecológico cada vez mais rigoroso e oneroso é, ainda, um fator adicional no estímulo à transferência de indústrias para países da periferia onde a poluição do meio ambiente é realizada impunemente.³

Nesse sentido, o processo de transferência é uma resposta do capital à queda da taxa de lucros, à alta dos salários, à crise do trabalho, aos crescentes encargos sociais, à pressão fiscal e às leis e movimentos sociais de proteção ambiental. O resultado obtido, como forma de enfrentar a crise, é satisfatório, pelo menos a médio prazo. As indústrias instaladas na periferia, voltadas para a exportação ou elaborando apenas

³ Para uma análise mais aprofundada da transferência de indústrias para o Terceiro Mundo, ver Souyri (1983, cap. 7-D); Barnet & Müller (s. d.); Dowbor (1981); Pereira (1985); Salinas (1985) e Cassen et alii (1986, p. 13-8).

parte de uma mercadoria, exigem meios de transporte baratos e eficazes para vencer as enormes distâncias geográficas. As novas tecnologias do transporte, como os "containers", as linhas aéreas de carga, as telecomunicações e a computadorização vão permitir tanto a exportação eficaz como a distribuição das etapas de produção ao redor de todo o Planeta.

No plano das relações econômicas internacionais, as transferências respondem também à competição entre potências capitalistas. Estas procuram instalar suas indústrias na periferia dos rivais comerciais e industriais, como forma de obter uma maior competitividade na conquista do mercado interno adversário. A "geopolítica" dos investimentos mostra o avanço das transnacionais norte-americanas rumo à América Latina (visando tanto ao próprio mercado americano como ao europeu), Coréia do Sul, Taiwan, Filipinas, Singapura e ilhas do Pacífico (para o mercado japonês e norte-americano) e, ultimamente, à África (visando ao mercado europeu). O Japão investe e transfere indústrias para Hong Kong, Taiwan, Coréia do Sul e Singapura, Oriente Médio, África e, ultimamente, América Latina (visando ao mercado dos Estados Unidos). A República Federal da Alemanha tem 70% de sua presença econômica externa na América Latina, 20% na Ásia e 10% na África.

As áreas receptoras das indústrias transferidas são sobretudo pequenos (Costa do Marfim, Taiwan e Coréia do Sul) ou microestados (Hong Kong, Singapura e Ilha Maurício) subdesenvolvidos e superpovoados, ou zonas francas em países de grande ou média extensão (em portos como Manaus no Brasil, ou em fronteiras economicamente estratégicas como na do México com os Estados Unidos). Os resultados desse amplo processo são consideráveis: em 1961, a exportação de manufaturados pelo Terceiro Mundo perfazia US\$ 4 bilhões e, em 1974, US\$ 38 bilhões (US\$ 2,5 e US\$ 25, respectivamente, em direção ao centro capitalista). Entretanto, apesar da visão ufanista de publicações como **Finanças & Desenvolvimento** (do FMI e do Banco Mundial, editada pela Fundação Getúlio Vargas), a realidade dos NICs é bastante discutível. A industrialização quase não transfere tecnologia, ou transfere obsoletas, a preços consideravelmente elevados, além de acentuar a dependência externa dessas nações face aos países de capitalismo avançado. Além disso, segundo Samuel Salinas,

"(...) a instalação desses complexos industriais exige financiamentos externos e obras de infra-estrutura que alimentam a dívida externa e o serviço de juros, além de outros encargos financeiros, tais como o 'spread', que constituem o tormento dos países devedores neste último quartel do século XX, isto sem falar na transferência de lucros que ocorre de várias maneiras e constitui exigência do capital em toda parte" (Salinas, 1985, p. 12).

A produção das plataformas de exportação praticamente não se integra na economia local, utilizando apenas a força de trabalho e a infraestrutura. Além disso, a dependência total do mercado internacional faz com que essas economias estejam expostas às flutuações conjunturais e crises externas, o que provoca graves desequilíbrios internos (os problemas sócio-políticos serão analisados adiante). Assim, apesar dos números obtidos pela exportação, não se confirmaram as "expectativas nacionais" dos NICs uma vez que o desempenho favorável da economia beneficia primordialmente as empresas transnacionais.

Efeitos sociais da desindustrialização

As transferências industriais para a periferia obedeceram a lógica da busca de uma mão-de-obra barata, de facilidades fiscais, do rebaixamento dos custos de produção e também do desinteresse do grande capital dos países avançados pelos setores industriais "tradicionais", concentrando-se em segmentos de tecnologia avançada e alta lucratividade. Que consequências decorrem desse processo para a classe operária e para a sociedade em geral no centro capitalista?

Os países desenvolvidos tornam-se, em grande parte, sociedades pós-industriais. O primeiro resultado é o crescimento do desemprego, pois a terciarização da economia e o desenvolvimento de novos setores de tecnologia ultra-sofisticada são insuficientes para absorver os operários demitidos. O desemprego na Europa Ocidental, que era de 3% em 1971, atingiu 12% em 1985 (chegou a alcançar 18% na Grã-Bretanha, em 1987). Em volta do Atlântico Norte, mais de 30 milhões de trabalhadores encontram-se atualmente sem emprego. Assim, as transferências atingiram outro de seus objetivos: golpear o movimento operário das nações de capitalismo avançado. Os índices de sindicalização caem enormemente, enquanto a prostração e a apatia tomam conta do operariado, que não consegue articular-se com o da periferia para reagir. A estrutura mundial do capital vence sem dificuldades o operariado organizado a nível nacional. Greves prolongadas, desperadas e infrutíferas como a dos mineiros britânicos e a dos metalúrgicos alemães apenas confirmam essa tendência.

As economias centrais apresentam, então, um crescimento moderado, ou entram em estagnação. Nas cidades desindustrializadas, desenvolvem-se tensões sociais perigosas, pois a reciclagem do trabalho e os paliativos do Estado são insuficientes. Aliás, a possibilidade de atuação do Estado é limitada pela vigorosa ofensiva conservadora dos neoliberais contra o "welfare state" keynesiano. O "thatcherismo" é o paradigma de tal modelo, e seu resultado social dispensa comentários: enquanto a renda se tornou

ainda mais concentrada, o índice de pobreza abaixo do patamar oficial passou de 10 para 20% durante a gestão da Primeiro-Ministro britânica! As coletividades locais têm de responsabilizar-se pelos seus desempregados, enquanto o Estado abandona progressivamente as tarefas de segurança social. Em cidades desindustrializadas como Liverpool, a municipalidade usou os desempregados para cultivarem flores na tentativa (infrutífera) de atrair turistas, visando obter recursos para este ex-centro econômico transformado em verdadeiro museu a céu aberto.⁴ Também o nível de consumo das classes médias reduz-se consideravelmente.

Ao lado dessa regressão econômico-social, apresentam-se sombrias tendências político-ideológicas. Os partidos de direita e extrema-direita crescem progressivamente, enquanto os poucos governos social-democratas que sobrevivem são forçados, pelo grande capital, a executar políticas econômicas típicas do neoliberalismo. As forças conservadoras em ascensão estimulam os conflitos raciais e o desprezo pelos povos do Terceiro Mundo, jogando sobre eles a responsabilidade pelo desemprego no Primeiro Mundo. A violência contra os operários árabes na França e as insurreições nos bairros de trabalhadores estrangeiros na Grã-Bretanha são alguns dos sintomas da ascensão vigorosa de um racismo de tipo colonial e nazista, sobretudo na civilizada Europa.⁵ As tendências irracionais crescem no imaginário sócio-cultural dessas sociedades: as publicações astrológicas, um cinema catástrofe (*Terremoto, Inferno na Torre*, etc.), "feiticeiro" (*Angel Heart, O Nome da Rosa*, etc.) e militarista violento (*Rambo*), aparições da Virgem Maria e a invocação de Deus na contenção da crise da Bolsa de Valores são alguns dos sintomas de uma sociedade assustada pela incerteza, pelo desemprego, pela solidão e, finalmente, pela AIDS (que reforça as tendências conservadoras). Segundo Ramonet, "(...) a favor do obscurantismo, já desabrocharam através do mundo as 'revoluções conservadoras' e os diversos fundamentalismos: islâmico no Irã, puritano nos Estados Unidos, católico na França, ultra-ortodoxo em Israel, etc." (Ramonet, 1987, p.15). Esse processo, entretanto, não se restringe apenas ao grande público. As elites intelectuais também se transformaram profundamente com a crise econômica. Conforme Augustin Cueva,

"(...) se algo ocorreu na última década como consequência da crise do capitalismo, não é outra coisa senão uma verdadeira redistribuição **regressiva** da renda em praticamente todos os

⁴ Ver Poirier, Guglielmo e Goldring (1987, p. 24-5); Cassen (1987, p. 1 e 9); Le Goff (1988, p. 16-7); Messine & Deville (1983, p. 1 e 4-7); Lempérière (1986, p. 12-3).

⁵ Um excelente dossiê foi elaborado por Claude Julien et alii (1985, p. 13-35).

países do ocidente: longe, pois, de ter havido um nivelamento das classes ou a redistribuição progressiva da riqueza. No entanto aquela ilusão de soberania cresceu, e não apenas como um conformismo prático das massa despolitizadas, senão, o que é pior, como um sistema de idéias conservadoras refinadamente elaboradas pelas antigas elites progressistas" (Cueva, 1988, p. 46).

Yves Montand, o famoso artista francês, que fora "compagnon de route" dos comunistas, não tem poupado elogios ao Presidente Ronald Reagan... E este não é um caso isolado.

Um último resultado da crise social gerada pela desindustrialização é o aumento qualitativo da criminalidade. Mesmo num país com uma larga tradição de violência como os Estados Unidos, o quadro atual preocupa as elites. As novas camadas "excedentes", formadas pela dissolução do proletariado, abandonadas pelo Estado e tendo impossibilitada sua ação política, mergulham numa criminalidade incontrollável. Em Londres e Nova Iorque, há guetos miseráveis onde a polícia praticamente não consegue entrar. A passagem do protesto social à delinquência desenfreada permitirá, por outro lado, o desencadeamento de uma repressão crescente, uma repressão desejada pelas elites e consentida pela "opinião pública" (a manipulação da questão pelos meios de comunicação de massa solidifica essa política) (Souyri, 1983, p.255 e seg.).

O operariado dos novos países industriais

Nos NICs do Terceiro Mundo, o acelerado processo de industrialização criou alguns problemas diferentes. A concentração da renda atinge níveis elevadíssimos. Esse quadro é facilmente perceptível quando se observam as diferentes zonas residenciais: nas cidades que receberam as indústrias do "norte", uma urbanização gigantesca e caótica cria bairros elegantes e uma periferia miserável. A poluição, não sofrendo o menor controle pelo Estado ou pelas firmas transnacionais, atinge níveis impressionantes. São freqüentes os desastres provocados por essas empresas, nos quais a população é a grande vítima. A saúde da mesma, já afetada pelas conseqüências dos baixos salários e do excesso de trabalho, sofre os efeitos da poluição.

Os salários pagos são largamente inferiores aos dos países de capitalismo avançado: os salários africanos são seis a 10 vezes mais baixos que os europeus; na Ilha Maurício, 12 vezes inferiores aos franceses; 10 a 12 vezes mais baixos na Coréia do Sul, Hong Kong e Singapura do que nos

Estados Unidos. Nas plataformas de exportação, inexistem leis sociais sobre salário mínimo, horário de trabalho, seguro-saúde, licença-maternidade, trabalho infantil, condições de trabalho insalubre e, geralmente, nem sequer aposentadoria. As jornadas de trabalho dificilmente são inferiores a 12 horas diárias. Na Coreia do Sul, só há dois dias de repouso por mês, e a maioria das categorias profissionais não goza de direito a férias, ou tem direito somente a poucos dias. Trabalhos de precisão (e exaustão) visual são executados por adolescentes, especialmente mulheres, que, entre 22 e 24 anos de idade, se tornam incapacitados para o trabalho e são demitidos. Em Hong Kong e Singapura, o número de crianças que adquirem doenças ou deformações pelo trabalho atinge cifras alarmantes.⁶

Qual o comportamento político dessa classe operária superexplorada? É impressionante o fato de que as greves, insubordinação, absenteísmo e os motins são raros, embora, quando ocorrem, sejam "selvagens". Há alguns anos, a cidade sul-coreana de Kwangju, com mais de meio milhão de habitantes, foi inteiramente "dominada" por estudantes e trabalhadores. Entretanto isso não é comum, considerando-se a situação do operariado local. Sem dúvida, existe um aparato repressivo hipertrofiado, com uma polícia numerosa e bem treinada. Outros explicam a "passividade" da classe operária pela "filosofia disciplinadora" oriental. Muito provavelmente, a sujeição operária a tão duras condições de vida e trabalho repouse principalmente no temor ao desemprego, pois esses países são superpovoados e possuem também uma alta taxa de desemprego. A grande mecanização do campo (Taiwan e Coreia do Sul), ou a inexistência de zona rural (microestados como Hong Kong, Singapura e ilhas como Maurício), não deixa alternativas ao trabalho industrial (considerando que nesses países o Terciário ainda é pequeno). Em grandes países como Brasil e México, ou menores como Costa do Marfim, a existência de um verdadeiro **"Quarto Mundo"** nas zonas rurais (Nordeste brasileiro, Sul mexicano) faz com que a sujeição a tais ritmos de trabalho seja preferível à miséria absoluta do campo ou ao desemprego. O nível de sindicalização é baixíssimo ou inexistente nesse tipo de indústria.

Assim, a nova divisão internacional do trabalho engendrou o surgimento de sociedades "modernas" na periferia (embora verdadeiras caricaturas do "American way of life"). Os NICs têm-se tornado, às vezes, eficientes competidores no comércio internacional, criando algumas contradições com a sede das empresas transnacionais que possuem filiais no país. Entretanto a dependência financeira e tecnológica e a retração dos mer-

⁶ Sobre a sociedade e a classe operária desses países, ver Souyri (1983, cap. 7-D); Salinas (1985); Perraud (1986, p. 12-3) e **Cadernos do Terceiro Mundo**, que trazem informação alternativa sobre esse tema tão pouco abordado pelos grandes meios de comunicação de massa.

cados fazem dos NICs um fator adicional de instabilidade num mundo em crise. Quanto ao plano interno, muitos autores sustentam que o novo operariado do Terceiro Mundo possui as características delineadas por Max na classe operária europeia do século XIX. Entretanto, embora as potencialidades de luta desse jovem operariado sejam significativas, as rupturas revolucionárias têm ocorrido em países com baixíssimo nível de industrialização da periferia.

Bibliografia

- BARNET, Richard & Müller, Ronald (s.d.) **Poder global: a força incontrôlável das multinacionais.** Rio de Janeiro/São Paulo, Record.
- CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO (). Rio de Janeiro, Terceiro Mundo.
- CASSEN, Bernard et alii (1986). Industrie automobile: bouleversements en chaîne. **Le Monde Diplomatique**, Paris, :13-8, août.
- CASSEN, Bernard (1987). Le revers du modèle britannique: chômeurs et rentiers au pays du néolibéralisme réel. **Le Monde Diplomatique**, Paris, :1 e 19, juin.
- CORIAT, Benjamin (1979). **L'atelier et le chronomètre.** Paris, Christian Bourgois. cap. 7.
- CUEVA, Augustin (1988). **Ideologia y Sociedad en America Latina.** Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental. p. 46.
- DOWBOR, Ladislau (1981). **Introdução teórica à crise: salários e lucros na divisão internacional do trabalho.** São Paulo, Brasiliense.
- GOLDRING, Maurice (1987). Londonderry: et toujours les conflicts communitaires ... **Le Monde Diplomatique**, Paris, :24-5, mars.
- GUGLIELMO, Raymond (1987). Saint-Denis: renouveau d'une banlieue rouge. **Le Monde Diplomatique**, Paris, :24-5, mars.
- JULIEN, Claude et alii (1985). Une bête à abattre: le tiers-mondisme. **Le Monde Diplomatique**, Paris, :13-35, mai.
- LEFORT, René (1978). **Sudáfrica: historia de una crisis.** Mexico, Siglo XXI.
- LE GOFF, Jacques (1988). L'entreprise à l'assault des conquêtes sociales: l'offensive libérale contre le monde du travail. **Le Monde Diplomatique**, Paris, :16-7, avr.

- LEMPÉRIÈRE, Jean (1986). Désindustrialisation et dangereux pari sur les services: quand les États-Unis achètent à l'étranger leur matériel de production. **Le Monde Diplomatique**, Paris, :12-3, avr.
- MASSIAH, Gustave (1977). Divisão internacional e alianças de classes. In: AMIN, Samir, coord. **A crise do imperialismo**. Rio de Janeiro, Graal.
- MESSINE, Philippe & DEVILLE, Georges (1983). Le déclin industriel de l'Europe est-il irréversible? **Le Monde Diplomatique**, Paris, :1 e 4-7, dec.
- MICHALET, Charles-Albert (1984). **O capitalismo mundial**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PALLOIX, Christian (1972). **A economia mundial capitalista**. Lisboa, Estampa. v. 2.
- PEREIRA, Gonzalo (1985). **Relaciones internacionales de producción, ley de valor y distribución social del trabajo en el mercado mundial**. Mexico, Siglo XXI.
- PERRAUD, Antoine (1986). Industrialisation en dictature en Corée du Sud: quand l'ordre nouveau donne des signes d'essoufflement. **Le Monde Diplomatique**, Paris, :12-3, avr.
- POIRIER, François (1987). Liverpool: reflets du déclin de l'empire britannique. **Le Monde Diplomatique**, Paris, :24-5, mars.
- RAMONET, Ignacio (1987). Le triomphe de la déraison: voici revenir le temps des magiciens. **Le Monde Diplomatique**, Paris, :15, dec.
- SALINAS, Samuel (1985). **O bando dos quatro: a industrialização no sudeste asiático**. Porto Alegre, Mercado Aberto. p. 12.
- SOUYRI, Pierre (1983). **La dynamique du capitalisme au XX siècle**. Paris, Payot. cap. 7-C, cap. 7-D, p. 255 e seg.
- ZARIFIAN, Philippe (1978). **Inflação e crise monetária**. Lisboa, Caminho.